

Planalto quer ex-presidentes em cargo vitalício



Deputado Ulysses Guimarães

Ulysses não vai ao café no Alvorada

Joosmar Gonçalves

Do contrário do que havia anunciado, o presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, não tomou café da manhã ontem com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada. Os convidados para o café foram os jornalistas Antônio Frota Neto, porta-voz da Presidência; Antônio Martins, presidente da Radiobrás; e Getúlio Bittencourt, secretário de Comunicação do Governo.

O porta-voz Frota Neto não soube explicar a ausência de Ulysses, que segunda-feira comunicará o convite formulado por Sarney para acompanhá-lo no café da manhã. Segundo Frota, a partir das 7h30, quando recebeu os assessores, até às 9h00, o presidente falou sobre os temas que podem ser abordados durante a entrevista coletiva que concederá na próxima sexta-feira, e em nenhum momento referiu-se ao deputado Ulysses Guimarães. O porta-voz disse que não sabia do convite feito ao presidente do PMDB.

O presidente José Sarney concederá, na próxima sexta-feira, dia 7, entrevista à imprensa. É a segunda vez que o chefe do Governo reúne a imprensa credenciada no Palácio do Planalto este ano para responder a perguntas e expor posições do Governo. A última entrevista foi no dia 18 de junho quando Sarney respondeu a 15 perguntas.

A entrevista do dia 7 será no mesmo local: auditório do anexo do Palácio do Planalto e a duração prevista será também de 30 minutos, como a anterior. Admite-se que possa haver uma prorrogação de mais 15 minutos, totalizando o mesmo tempo da primeira entrevista coletiva.

O porta-voz do Palácio do Planalto, Frota Neto, disse que esse tempo deverá permitir que Sarney responda a 15 perguntas, sobre qualquer tema. A chamada dos jornalistas para se dirigirem ao chefe do Governo será feita, desta vez, pelo presidente do comitê de imprensa, Bartolomeu Rodrigues.

A próxima entrevista do presidente deverá ocorrer no final de setembro, de acordo com Frota Neto.

Golbery anda após cirurgia no intestino

São Paulo — O ex-ministro Golbery do Couto e Silva, submetido no sábado, a uma hemicolectomia — cirurgia que suprime parte de seu intestino grosso, como forma de conter as hemorragias causadas por alterações vasculares — continua se recuperando bem no Hospital Sírio-Libanês. Ontem pela primeira vez o general caminhou pelos corredores do hospital.

O professor Emílio Mattar chefe da equipe de dez médicos que acompanha o caso do ex-ministro Golbery, afirmou que ele está apresentando uma evolução "surpreendente" diante da gravidade da cirurgia a que se submeteu. "O ministro está com ânimo muito bom e parece até que sua disciplina militar facilita ainda mais a recuperação. Os exercícios respiratórios, por exemplo, que são bastante dolorosos para quem sofreu uma incisão como a dele, são cumpridos pelo general com a maior disciplina", disse o médico.

Goldman, no poder, deixa o "Partidão"

São Paulo — O único comunista do PCB a chegar oficialmente ao poder a 15 de março último, como destacado integrante da equipe do governador Orestes Quércia, o secretário especial de Programas de Governo de São Paulo, Alberto Goldman, volta sexta-feira a filiar-se ao PMDB, partido pelo qual se elegeu duas vezes deputado estadual e outras duas vezes deputado federal.

Considerado o "comunista mais poderoso do País" pela função que exerce, Goldman será recebido solenemente pela Comissão Executiva Regional do PMDB, da qual foi duas vezes secretário-geral, período em que se tornou a voz mais influente entre os peemedebistas do Estado. "Sou mais útil ao Governo e à política no PMDB", justifica-se o ex-deputado.

Rubem Azevedo Lima

O presidente José Sarney poderá tornar-se conselheiro vitalício da República se a Assembléia Nacional Constituinte aprovar proposta elaborada pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, subscrita pelo deputado Prisco Viana, do PMDB da Bahia, propondo a criação do Conselho da República. Serão beneficiados também, os ex-presidentes Jânio Quadros, Ernesto Geisel e João Figueiredo.

Esse conselho, de acordo com a proposta, é o órgão coordenador das relações institucionais entre os poderes do Estado. Cumpre-lhe velar pela harmonia e independência dos órgãos da soberania nacional.

O Palácio do Planalto está reexaminando as iniciativas ali preparadas, sobre os poderes Legislativo e Executivo, quando a tendência da Constituinte era favorável ao parlamentarismo. Ante a notícia de que a Assembléia parece ter evoluído para o presidencialismo, a proposta inicial do consultor-geral da República também foi reajustada, abandonando-se a idéia do neoparlamentarismo que dela constava.

No tocante ao Conselho da República, do qual farão parte — se a proposta Saulo for aceita — os presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado, do Supremo Tribunal Federal, os líderes da Maioria e da Minoria na Câmara e os antigos presidentes da República que não hajam sido destituídos. Há possibilidade de rejeição desse órgão, pelo próprio Palácio do Planalto. Desse conselho também faz parte o presidente do Conselho de Ministros, organismo que a assessoria política do presidente Sarney está eliminando, face à evolução do Governo para o presidencialismo.

Brossard
O deputado Prisco Viana contesta que as propostas por ele subscritas tenham sido preparadas pelo consultor Saulo Ramos, mas a informação a respeito desse assunto provém do próprio Palácio do Planalto. O senador Edson Lobão, do PFL maranhense confirmou a participação do ministro Paulo Brossard, da Justiça, no

preparo de sua emenda sobre o Poder Judiciário.

Quando a idéia do Conselho de Estado, a primeira proposta nesse sentido foi apresentada ao tempo do governo Juscelino Kubitschek, sendo então derrotada pela oposição da extinta UDN, à iniciativa.

De acordo com as sugestões do consultor Saulo Ramos, fica extinto o cargo de vice-presidente da República, sendo provável, porém, que ele se restabeleça, devido à opção governamental pelo presidencialismo clássico. Nesse sentido, é pensamento do Palácio do Planalto introduzir, constitucionalmente, o sistema do voto distrital misto, para eleição dos futuros deputados. Metade da Câmara, em cada estado ou território, seria-eleito pelo voto proporcional.

O substitutivo que o Governo está preparando, dentro das diretrizes presidencialistas, deverá conter, no máximo 180 artigos. Originalmente, o substitutivo Saulo Ramos estabelece, ainda, entre as atribuições presidenciais, a prerrogativa de assinatura dos decretos-leis, com o referendo do Congresso, bem como nomear "os oficiais, generais das Forças Armadas e o consultor-geral da República".

Crime
No caso da prática de crime de responsabilidade, pelo presidente da República, se o Congresso apurar a existência desse fato, o chefe de governo, ficará afastado de suas funções, mas "enquanto não sobrevier sentença condenatória nas infrações penais comuns, o Presidente não estará sujeito a prisão". De resto, na vigência de seu mandato, o presidente não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

Por fim, entre outras inovações contidas no projeto subscrito pelo deputado Prisco Viana, consta a autorização, a ser dada pelo presidente, para que forças estrangeiras, vinculadas a organismos internacionais, possam transitar ou permanecer temporariamente em território nacional.

Em comparação com o projeto aprovado na Comissão de Sistematização, a iniciativa oficial do Governo é muito mais abrangente do que a da Assembléia Constituinte, no tocante ao trânsito ou permanência de forças estrangeiras no Brasil. A Constituinte, nesse ponto, estabeleceu que esses dois fatos só poderão ocorrer se o Congresso os aprovar previamente e se as tropas estrangeiras ficarem sob comando de militares brasileiros.



Deputada condena a proposta e defende o parlamentarismo

A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) criticou ontem da tribuna da Constituinte a posição do presidente José Sarney, que já encaminhou o seu substitutivo ao projeto da Constituição, com 180 emendas, à Comissão de Sistematização. Cristina Tavares disse que seria melhor o Presidente fechar a Constituinte, como fez o imperador Dom Pedro I, e impor sua Constituição à Nação.

Cristina Tavares também não poupou o deputado Prisco Viana (PMDB-BA) ao defender o parlamentarismo como regime de Governo. Citou o deputado ao dizer que o presidencialismo facilita a existência de partidos fracos, onde muitos parlamentares mudam de sigla partidária em função de interesses "pessoais e mesquinhos". "Prisco Viana presta um serviço a Sarney, mas não ao PMDB e à Nação".

A deputada foi a primeira a falar na primeira sessão extraordinária da Constituinte que começou às 19h30 com cerca de 100 parlamentares. Logo no início os deputados Del Bosco Amaral (PMDB-SP) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) levantaram questão de ordem para contestar o critério de escolha dos treze oradores. Os dois deputados queriam que o critério fosse o da inscrição dos parlamentares e não o sorteio, como foi acertado pelas lideranças partidárias com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

"Bingo"
Del Bosco Amaral alegou que houve quebra do regimento interno ao se fazer a inscrição dos oradores por sorteio. "Sorteio é bom para bingo e a Constituinte não é bingo", disse o deputado, classificando em seguida todos os oradores da

sessão de "bônicos".

As duas intervenções não foram levadas em consideração pelo plenário e em seguida a deputada Cristina Tavares ocupou a tribuna para defender o parlamentarismo. A sessão foi mais movimentada do que tem sido até agora, provocando muitos apertes por parte dos parlamentares contra ou a favor do tema defendido na tribuna. O deputado José Genoíno (PT-SP) defendeu o presidencialismo por acreditar que o parlamentarismo vai aprofundar "o condomínio fisiológico dos partidos".

O pronunciamento mais aplaudido da noite foi o do senador Afonso Arinos (PFL-RJ) que fez um emocionado discurso em defesa do parlamentarismo. "Essa é a última oportunidade que o País tem de implantar um sistema de honra", disse o senador, recebendo um demorado aplauso do plenário.

Cabral vê contribuição

O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, afirmou ontem que vai receber "como uma valiosa contribuição" as emendas que, eventualmente, venham a ser apresentadas por constituintes ligados ao presidente José Sarney.

Cabral disse ter certeza de que serão uma valiosa contribuição, a exemplo das demais que estão sendo apresentadas pelos constituintes e pela sociedade. "Mas me reservo o direito de aceitá-las ou não, tal como em relação às outras emendas".

Sant'Anna nega substitutivo

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), procurou ontem negar o envio pelo Palácio do Planalto de um substitutivo ao projeto de Constituição, diluído em 188 emendas subscritas pelos deputados Prisco Viana (PMDB-BA) e Edison Lobão (PMDB-MA): "Eu não tenho o menor conhecimento disto e não creio que a feitura de um substitutivo pelo Planalto pudesse acontecer sem que eu soubesse".

Segundo Sant'Anna, o que existe são duas emendas do deputado Prisco Viana sobre os capítulos do Poder Executivo e do Poder Legislativo, apresentadas ainda na fase de emendas à Sistematização e agora renumeradas

para o plenário: «Não se trata de um substitutivo mas de um grupo de emendas correlatas sobre os dois títulos. O que eu imagino que tenha acontecido é que Prisco tenha resolvido reapresentar estas emendas com algumas alterações».

Ele informou ainda que estas emendas não são muito diferentes nas teses das quase cem emendas apresentadas na mesma época por seu grupo, o "Centro Democrático", que não pretende apresentar emendas novas, antes de conhecer o substitutivo do relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM): "A nossa expectativa agora é conhecer o grau de acolhimento de nossas propostas no substitutivo de Cabral".

Povo responde sobre regime de Governo

O Rio de Janeiro é mais presidencialista do que São Paulo e os homens, mais do que as mulheres, preferem um sistema de Governo com Executivo e Legislativo fortes. Este é o resultado de mais uma pesquisa encomendada pelo Palácio do Planalto, cujo resultado foi divulgado ontem à imprensa. A pesquisa foi realizada nos dois maiores centros do país, durante o mês de julho, pelo Instituto Gallup.

A pergunta feita aos entrevistados era a seguinte: "Quem deve mandar mais no país?". A esta pergunta, 43,4% dos cariocas e 41,8% dos paulistas responderam que o presidente da República deve mandar mais. 36,9 dos paulistas preferem um sistema misto de poder, com Congresso e Presidente em igualdade de condições, enquanto 33,8% dos cariocas dividem o poder entre o Legislativo e o Executivo.

As classes mais favoráveis ao presidencialismo puro são as de mais baixa renda: "D" e "E", enquanto a classe "R" quer um sistema misto de governo. 40,2% dos entrevistados da classe "B" querem o parlamentarismo. Outro dado da pesquisa informa ainda que os entrevistados da faixa etária de 18 a 29 anos são parlamentaristas, num percentual de 41% e as pessoas com mais de 50 anos preferem o presidencialismo, num total de 54%.

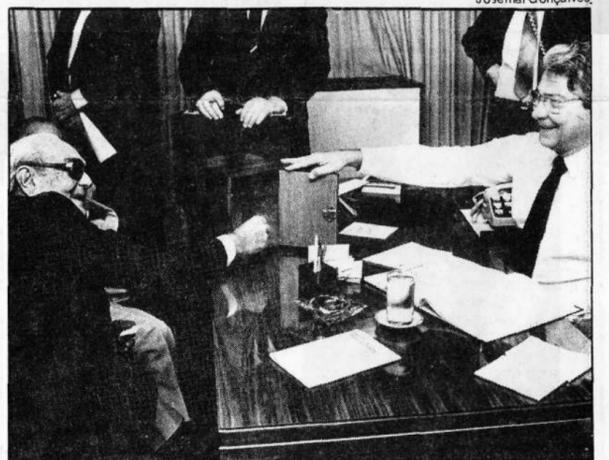
Embora assessores do presidente Sarney insistam em afirmar que o presidente da República não está preocupado com o debate sobre o sistema de governo, que começou a ser discutido pela Assembléia Nacional Constituinte, esta a segunda pesquisa divulgada pela presidência da República sobre o sistema de governo preferido dos brasileiros.

Estas pesquisas, apurou o *Jornal de Brasília*, querem mostrar a sintonia entre a preferência do presidente Sarney, que é presidencialista, com a opinião pública.

Sarney vai a Xingó com 8 governadores

O presidente José Sarney terá um encontro com os nove governadores do Polígono das Secas no próximo dia 12, quando visitará o canteiro de obras da usina hidrelétrica de Xingó, no sertão de Alagoas. O Presidente evitará capitais, indo de avião de Brasília até Paulo Afonso, no interior da Bahia. De lá, vai de helicóptero até Xingó.

No dia 16, o presidente José Sarney embarca para o México, onde permanecerá por cinco dias e tratará, principalmente, das dívidas externas do Brasil e México, com o presidente mexicano, Miguel de La Madrid.



Coube a Aluizio Campos(E) a tarefa de sortear os oradores

Oradores indicados em sorteio

A liderança do PMDB na Constituinte realizou ontem pela manhã sorteio para escolha dos parlamentares que falarão em duas das três vagas diárias reservadas ao partido nas sessões noturnas para discussão de temas polêmicos. O líder Mário Covas reservou-se o direito de indicar pessoalmente o terceiro nome, para garantir a colocação da posição oficial do partido na sessão.

Hoje, o tema é a Organização da União, Estados e Municípios. Falam os deputados João Cunha (SP), que integrou o extinto "Grupo Autêntico" e que se sobressaiu pelos discursos contra o governo militar e hoje está ligado estreitamente ao governo, e Joaci Góes (BA), empresário do setor de comunicações, politicamente vinculado ao grupo anticarlista da Bahia.

Amanhã, o tema é reforma agrária, e falarão os deputados Gonzaga Patriota (PE) e José Dutra (AM). A posição do PMDB, de-

finida na convenção, é a favor da realização da reforma agrária, mas a quase totalidade do grupo moderado do partido está atuando contra na Constituinte. O deputado Virgildário Senna (BA), relator da Subcomissão da Ordem Econômica, derrotado com a contribuição dos moderados do PMDB, vai ter a oportunidade de retomar o tema no dia 11, quando a sessão vai ser para discussão dos princípios gerais da economia. Com ele, falará também o deputado Sérgio Werneck (MG).

Falarão sobre Reforma Urbana, no dia 19, o progressista Darcy Deitos (PR) e o moderado Sérgio Naya, (MG), que é diretamente interessado: empresário, participa dos setores de comunicação e imobiliário.

Para a última sessão, sobre Saúde e Previdência Social, foram escolhidos os senadores Almir Gabriel (PA), progressista, e Ronaldo Aragão (RO).

Reforma agrária irá a debate

Amanhã à noite, quando o plenário da Constituinte debaterá a reforma agrária, trabalhadores e proprietários rurais estarão novamente disputando os espaços, agora reduzidos e controlados, das galerias da Câmara dos Deputados. Tanto a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) quanto a União Democrática Ruralista (UDR), que já contracenaram neste mesmo palco, estão prometendo, cada uma, mobilizar em torno de 200 pessoas para acompanharem os debates.

A estratégia das duas entidades é investir mais na mobilização de seus associados a partir de setembro, para o processo de votação do anteprojeto na Comissão de Sistematização. No debate o objetivo da Contag é "observar o comportamento dos parlamentares", segundo informou o vice-presidente André Montalvão. O da UDR é de marcar presença, uma vez que, segundo afirmou o assessor da entidade nacional, Flávio Sabóia, "a situação é muito favorável" aos proprietários rurais na Constituinte onde, até agora, o que foi aprovado sobre reforma agrária atende aos seus interesses.

— Não queremos competir com ninguém. Vamos fazer o nosso trabalho normal, disse Montalvão.

— Vamos ocupar as galerias democraticamente, deixando metade para o outro lado, afirmou Sabóia.

Além de revelarem que não desejam um confronto, as duas entidades estavam ontem preocupadas em municiar parlamentares de informações capazes de subsidiar os debates no plenário, e também de providenciar, através de deputados que as apóiam, os cartões de acesso às galerias. André Montalvão disse que os trabalhadores não têm "grande expectativa" em relação ao debate. E Flávio afirmou que a UDR não acredita em mudanças na Comissão de Sistematização.



Lourenço: sem assinaturas



Amaral Netto garante adesões

Líder adia a instalação do bloco dos "liberais"

Primeiro, o recolhimento das assinaturas para se saber se o grupo tem mesmo maioria em plenário; depois, discutir e acertar o que se vai propor e defender em plenário para, só então, fazer a instalação do bloco. A decisão foi tomada ontem por quatro dos principais articuladores do bloco do Centro Liberal, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), e os líderes do PFL, José Lourenço, do PDS, Amaral Netto, e PTB, Gastone Righi. Assim, a reunião marcada para à noite de hoje, no Clube do Congresso, que oficializaria a constituição do bloco do Centro Liberal, foi adiada indefinidamente.

Cardoso Alves alegou que a reunião coincidiria com a sessão noturna da Constituinte de hoje, que vai discutir a União, estados e municípios, podendo esvaziar o

plenário. «Não queremos — explicou o deputado — ser responsabilizados por isso». No entanto, segundo o líder do PTB, Gastone Righi, o motivo mais forte para o adiamento foi a ausência da maioria absoluta dos constituintes de Brasília, o que está prejudicando o recolhimento das assinaturas no documento de formação do bloco.

Righi tinha ontem apenas as assinaturas de dois dos 19 petebistas: a dele próprio e a da deputada Tutu Quadros. O deputado Amaral Netto disse que já tinha a adesão de 19 dos 37 pedessistas e prometeu que, até o final da tarde de hoje, pelo menos outros 16 constituintes assinariam o documento, "nem que fosse por procuração". Por sua vez, o deputado José Lourenço confessou que ainda nem começou a recolher as assinaturas.